



**PELA IMEDIATA
REVOGAÇÃO
DA EMENDA
CONSTITUCIONAL**

95

”
Só com investimento em
*educação, pesquisa e
tecnologia*, conseguiremos
enfrentar essa **pandemia**
”

Duas perguntas: Que Estado precisamos para combater a pandemia do coronavírus? Quem mandou matar Marielle?

Omês de março começou com duas perguntas. Uma, que nos persegue a dois anos, quem mandou matar Marielle Franco? E outra que assola o mundo, em tempos de crise estrutural do capital, qual Estado precisamos para combater a pandemia do covid-19?

Essas duas perguntas podem parecer, inicialmente, não ter relação. Mas na verdade guardam a essência da crise estrutural do capital que vivemos no mundo, e que agora foi agravada com a pandemia do coronavírus. Qual Estado queremos? Que Estado precisamos?

O Estado é uma estrutura jurídico-política organizada por três poderes (Executivo/ Legislativo/Judiciário). Nessa estrutura desempenham papel relevante para os três poderes as Forças Armadas e as polícias. O Estado é um ente único e sua organização desdobra-se em três momentos (União, estados e DF e municípios) articulados, mas com relativa autonomia. Nos momentos de crise vemos o Estado servindo cada vez mais aos poucos proprietários de quase tudo.

O Estado, mesmo pressionado por interesses imediatamente antagônicos de frações da burguesia que disputam entre si a apropriação do fundo público, e também pressionado pelos interesses da classe trabalhadora. Nessa luta, por ser um Estado de classe, o que prevalece são os interesses dos capitais que além de economicamente dominantes submetem o conjunto da sociedade aos seus interesses político-ideológicos e culturais. Para ser economicamente dominante a burguesia precisa controlar também a política, as leis e a comunicação. Assim,

os governos, representando esse Estado, fazem opções políticas, que acabam colocando os lucros à frente da vida.

Isso, que parece para alguns, uma besteira de comunistas, se evidencia em tempos de crise. Após dois anos, por que a polícia não descobriu quem mandou matar Marielle? Por que, em tempos de pandemia, temos ações do governo para “salvar” empresários e não temos para salvar vidas pobres? Por que a economia é mais importante que as vidas das favelas e periferias do Brasil? Já viram algum plano emergencial do governo para as periferias? E para a população em situação de rua?

Isolamento social é a maior alternativa contra o coronavírus e também uma ótima oportunidade para uma parte dos parlamentares do congresso nacional aproveitarem para retirar ainda mais direitos do(a)s trabalhadore(a)s. O(a)s empresário(a)s e banqueiro(a)s são consultados sobre as medidas econômicas que o governo pretende tomar, mas e a população? As entidades da classe trabalhadora? A própria ideia de isolamento social merece perguntas. Quem pode se isolar em um país desigual como o Brasil? Quem vai garantir os direitos sociais e a própria vida de milhões de trabalhadore(a)s informais e terceirizado(a)s?

Para enfrentar os assassinatos de defensores dos direitos humanos, assim como a pandemia do coronavírus, precisamos de mais Estado e não de menos Estado como propugna o desgoverno de Jair Bolsonaro. Não podemos admitir a diminuição dos serviços públicos e, por isso, a redução salarial e de carga horária de trabalho

do(a)s servidore(a)s é inadmissível! Quem vai atender no Sistema Único de Saúde, na assistência social, na segurança, nas pesquisas para combater a pandemia? Não são o(a)s servidore(a)s público(a)s? Ou esperamos isso dos bancos e da grande indústria farmacêutica?

Só para um governo de extrema direita, miliciano, elitista e fundamentalista, a redução dos serviços e servidore(a)s público(a)s pode ser uma alternativa. Para nós a alternativa é suspender imediatamente o pagamento da dívida pública; revogar a EC/95; implementar um plano emergencial para o(a)s trabalhadore(a)s terceirizado(a)s, sub-empregado(a)s e autônomo(a)s; investir no SUS; implementar um plano emergencial para as periferias e favelas do país; aumentar o bolsa-família e recompor o orçamento da educação, ciência e tecnologia públicas. É esse Estado que precisamos nesse momento.

Passada a necessidade de combater o coronavírus e preservar vidas, que nesse momento deve ser a nossa prioridade, deveremos, de forma franca, honesta e fraterna construir um projeto de sociedade que de fato interesse a(o)s trabalhadore(a)s. O amplo campo da esquerda tem nas mãos um momento impar para repensar, fazer autocrítica, reconstruir a unidade de ação para fortalecer as bases da construção de um projeto de Estado para o(a)s trabalhadore(a)s.

Por ora, gritemos de nossas janelas e fortaleçamos nossas pernas para ocupar as ruas, tão logo seja possível. Esse Estado não nos interessa! Por um Estado para o(a)s trabalhadore(a)s!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes



Mulher, negra, lésbica, mãe, vereadora, nascida e criada na favela da Maré, no Rio de Janeiro, Marielle Franco tinha atuação pautada em defesa dos direitos da população negra e pobre e denunciava a violência contra essa população. O crime foi cometido quatro dias após a vereadora e moradores da favela de Acari denunciarem a morte de dois jovens e os abusos cometidos por policiais do 41º Batalhão da Polícia Militar na favela, localizada a 25km do centro do Rio. Marielle também era uma das

relatorias da comissão instalada na Câmara Municipal para acompanhar a atuação das Forças Armadas durante intervenção militar federal no RJ. A parlamentar era conhecida pelo seu forte posicionamento contra as milícias fluminenses.

Segundo Rosineide Freitas, 1ª tesoureira da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, a execução de Marielle trata-se de um crime político. “A execução da Marielle foi articulada e premeditada. Quem mandou fazer essa execução continua impune, o que nos faz pensar que essa pessoa ainda está dentro do poder do Estado,

pois se não estivesse, talvez a gente já tivesse uma resposta para esse crime. Com o luto e a luta que passamos com a execução da Marielle, construímos um legado de fraternidade, principalmente, entre as mulheres pretas. Marielle era uma mulher preta que ousou enfrentar um espaço de poder. Enquanto parlamentar, em um ano, ela conquistou status e representatividade. Temos a compreensão de que as mulheres pretas são um alvo importante quando se movimentam na política, quando saem do anonimato e ousam conquistar espaços de poder”.

Carnaval 2020 foi marcado por protestos e indignação

Foliões tomaram ruas e avenidas do Brasil e do exterior com fantasias com tom político



FOTO: SHUTTERSTOCK/INW PRESS

Conhecido no mundo todo como o maior espetáculo da terra, o carnaval brasileiro é uma festa popular na qual, tradicionalmente, o povo extravasa seus sentimentos e demonstra quais são os anseios dominantes no imaginário nacional. Dessa forma, as fantasias e temas das escolas de samba costumam refletir as grandes questões da atualidade.

O carnaval desse ano não foi apenas de farra e folia, mas também de mobilização política. Como grande manifestação cultural do país, a festa sempre ocupou um papel importante de contestação. Em 2020, este aspecto se apresentou ainda mais exacerbado, desde os bloquinhos de rua até os sambas-enredos das grandes escolas de samba.

Símbolo da capacidade de organização dos moradores das comunidades, as escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo deram um *show* na avenida mostrando a sua capacidade de construir, visual e musicalmente, imaginários de luta. Os temas corajosos dominaram os desfiles, que abordaram de aquecimento global à intolerância religiosa, passando por “fake news”, corrupção, racismo, machismo, LGBTfobia e educação.

Retratado como um palhaço gigante no desfile do grupo de acesso do Rio de

Janeiro, pela Vigário Geral, o presidente foi uma figura ridicularizada dentro e fora do país, desde as pequenas cidades do interior até desfiles em Portugal e França. Na Alemanha, Bolsonaro foi retratado como assassino do clima, na forma de um boneco gigante sobre um carro alegórico.

Paulo Freire campeão em São Paulo

O posicionamento contrário ao governo foi explícito na capital paulista, com homenagens a personalidades negras e, especialmente, o samba enredo da escola Águia de Ouro, que se consagrou campeã celebrando a importância do patrono da educação brasileira Paulo Freire. O enredo “O Poder do Saber - Se saber é poder, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, trouxe na comissão de frente um livro - objeto que Bolsonaro alega ter apenas “um monte de palavras”. O presidente já atacou diversas vezes o educador pernambucano, que é referência no mundo todo. Em dezembro, chamou Freire de havia de “energúmeno”.

A Tom Maior declarou que “as minorias são a maioria” em carro dedicado à vereadora Marielle Franco. Mulheres e intolerância religiosa foram o tema da Mocidade Alegre, que destacou as orixás femininas: Obá, Oyá, Yabá e Oxum.

Rio de Janeiro

A primeira escola a desfilar no sambódromo foi a São Clemente, com o ator Marcelo Adnet fantasiado de Jair Bolsonaro, fazendo “arminhas” com a mão e imitando as falsas flexões de braço do presidente. O tema da escola tratava, também, de mentira, abordando as notícias falsas. O samba “O Conto do Vigário”, de autoria do próprio Adnet, falava de laranjas e dizia que “acabou a mamata”.

A Unidos da Viradouro celebrou a força das mulheres negras com o tema Ganhadeiras de Itapuã, mostrando as mulheres escravizadas que lavavam roupa na Lagoa do Abaeté, na Bahia, procurando juntar dinheiro para comprar a própria alforria.

A Mangueira, que no ano anterior foi a campeã com homenagem à Marielle Franco, neste ano cantou que “Não há Messias de armas na mão” e mostrou diversas faces de Cristo crucificado: mulher, trans, negro, indígena.

Elza Soares foi a escolhida pela Mocidade Independente de Padre Miguel para falar de empoderamento feminino, desigualdade social e racial. “Eu respeito seu amém, você respeita meu axé” foi o refrão da Grande Rio, protestando contra a atual onda de intolerância religiosa.

A luta das mulheres é a luta por um futuro melhor

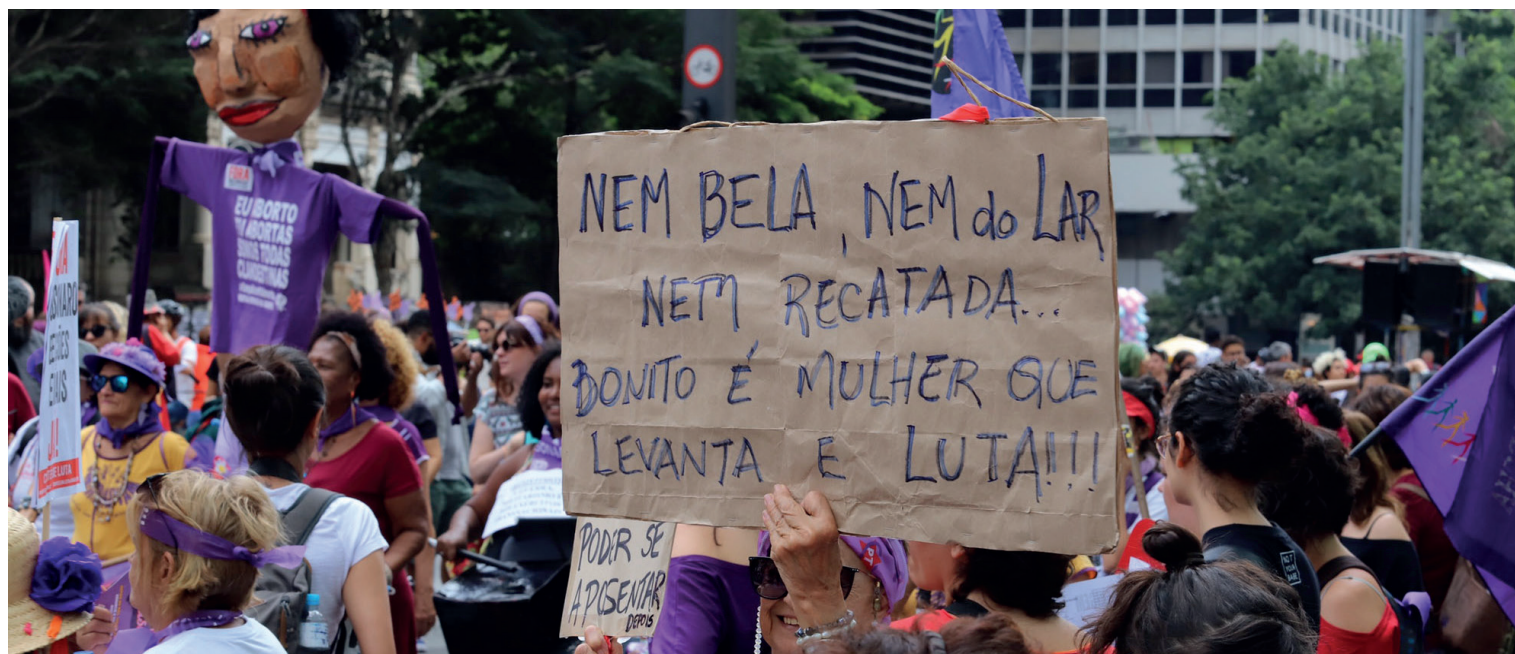


FOTO: ROBERTO PARIZOTTI

No Brasil, como no mundo todo, o Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras levou multidões às ruas. Aqui, não faltaram motivos para protestar, e as seções sindicais do ANDES-SN participaram de protestos contra a reforma trabalhista, previdenciária, contra a precarização do trabalho. Levantaram críticas às investidas contra a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres e gritaram pela vida de todas as mulheres

Raquel Dias, 1ª tesoureira do ANDES-SN, destaca que as docentes eram um dos vários grupos presentes às manifestações. "As mulheres ocuparam as ruas, lutando contra os retrocessos impostos pelo governo Bolsonaro. Entre elas, as professoras pediram liberdades democráticas e autonomia, liberdade de aprender e ensinar, que estão sob forte ataque pelo 'escola sem partido', o qual tenta desqualificar o ensino e as professoras e professores", contextualiza.

Trabalhadoras pedem a manutenção de seus direitos

Embora mais qualificadas - 16,9% têm ensino superior, contra 13,5% dos homens - o salário das mulheres ainda é 23,6% menor do que de homens. Além disso, com a mesma qualificação e ocupando os mesmos cargos, para eles é mais provável estarem empregados. Quadro que as recentes investidas contra às leis de proteção ao trabalhador e à trabalhadora e a reforma da previdência só pioraram.

Segundo Qelli Rocha, 1ª vice-presidente do ANDES-SN, a reforma da previdência retirou diversos direitos das trabalhadoras, por exemplo, no que tange ao seu tempo de contribuição, aumentando ainda mais o período de trabalho das mulheres.

"Já a reforma trabalhista nos colocou em lugares insalubres e inviabilizou direitos conquistados, como, por exemplo, a licença-maternidade. No ano em que completamos 80 anos de sufrágio feminino, é fundamental que todas as mulheres estejam engajadas sobretudo nos nossos sindicatos. Agora é o momento de estarmos todas associadas a uma entidade de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras para lutar contra este cenário", pontua a docente.

Feminicídio

De acordo com o Atlas da Violência, o número de feminicídios no Brasil aumentou 4% em 2019. Mais de 200 mulheres foram assassinadas pelo fato de serem mulheres, apenas no ano passado. Para Caroline Lima, 2ª secretária do ANDES-SN, esse índice mostra que a conjuntura está marcada por um discurso de ódio, pelo machismo e pela misoginia. "O 8M foi um dia poderoso na agenda de lutas, em defesa da vida das mulheres e da democracia. Continuamos avançando na luta pela manutenção dos nossos direitos e não vamos desistir", diz Caroline.

Mulheres Negras

As mulheres negras são duplamente penalizadas, enfrentando além do machismo, o

racismo na oferta de empregos e, também, sendo número maior em casos de violência de gênero, tanto na rua quanto em casa. O Mapa da Violência em 2019 mostrou que existiu uma diminuição nos feminicídios cometidos contra mulheres brancas, e um aumento nos crimes contra mulheres negras.

Rosineide Freitas, 1ª Tesoureira da Regional Rio de Janeiro, aponta para a importância da união entre as mulheres negras com o objetivo de avançar na luta que trará benefícios para toda a sociedade. "A nossa presença nas ruas é para lutarmos por nossos direitos em uma luta antineofascista, antirracista, antimachista e antilgbtfóbica e contra a retirada de direitos", assegura Rosineide.

Corpo feminino

Em um momento em que as pautas conservadoras dão a tônica das ações de um governo que, de resto, minimiza problemas reais como a saúde pública e relativiza crescentes fracassos econômicos, as políticas regressivas acabam se impondo. Além de retirar recursos de uma série de políticas públicas voltadas para saúde e segurança das mulheres, o Executivo vem pautando as medidas dessa e outras áreas com base apenas em valores morais.

Jacqueline Lima, 2ª Secretária do ANDES-SN, frisa que "afrontas como a política direcionada à abstinência sexual para prevenir gravidez nada mais são do que mais uma estratégia para controlar os corpos e restringir a liberdade das mulheres. E, como tal, deve ser amplamente combatida".

Reforma administrativa já tramita de forma fatiada e promove desmonte da máquina pública



Embora a reforma administrativa “oficial” ainda não tenha sido encaminhada ao Congresso Nacional até o fechamento desta edição, desde o ano passado o governo vem encaminhando medidas que visam o desmonte total dos serviços públicos, através da desestruturação das carreiras e condições de trabalho dos servidores federais, da privatização de empresas públicas, eliminação de cargos e funções e suspensão de concursos públicos.

O ataque aos servidores e serviços públicos não é prerrogativa do governo Bolsonaro, nem de seu antecessor Temer. No entanto, foi intensificado, sobremaneira, a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff. A aprovação da PEC do Teto dos Gastos, Emenda Constitucional 95, foi um dos golpes mais duros para estrangular as políticas sociais públicas e de assistência à população.

Agora, desde o ano passado, de forma “parcelada”, o presidente enviou aos parlamentares algumas propostas para dar sequência a esse desmonte. Entre as medidas, estão a PEC Emergencial

186/2019, a PEC do Pacto Federativo 188/2019 e a Medida Provisória 922/2020. Além disso, vem apoiando e cobrando agilidade na tramitação da PEC 438 de 2018, e editou a MP 927 de 2020.

PEC 438/2018

A Proposta de Emenda à Constituição 438 de 2018 já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2019. Com a justificativa de conter as despesas públicas, a proposta pavimentava o caminho para a redução de jornada de trabalho e do salário de servidores públicos. Também autoriza a demissão de concursados que ainda não tenham estabilidade e de funcionários que ocupam cargos em comissão.

PEC Emergencial

A chamada PEC Emergencial (PEC 186/2019) compõe, junto com mais duas 187 e 188, o Plano Mais Brasil elaborado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe. A proposta tem pontos semelhantes à PEC 438/2018, pois autoriza

o corte de despesas em caso de crise financeira, permite a redução de jornada e salários de servidores público, além da suspensão de admissão e concursos e demissão de servidores não estáveis.

Um dos pontos polêmicos é a possibilidade de os efeitos das determinações da PEC retroagirem, já que o texto estabelece que, se até 13 meses antes da aprovação de PEC, as operações de crédito ultrapassarem o valor das despesas de capital previsto no Orçamento – a chamada Regra de Ouro –, as medidas de corte de gastos com o funcionalismo já poderiam ser aplicadas no ano de aprovação da PEC e pelos próximos dois anos.

PEC 188/2019

Chamada de PEC do Pacto Federativo estabelece medidas de ajuste fiscal aplicáveis ao custeio da máquina pública, modifica a estrutura do orçamento federal e estende a proibição de vinculação de receitas de impostos a qualquer espécie de receitas públicas.

Além disso, também permite a redução temporária da jornada de trabalho de servidores públicos, põe fim à recomposição anual de salários do funcionalismo, prevista em lei, prevê o fim das progressões e promoções de carreiras e acaba com a estabilidade, que garante aos servidores não ficarem à mercê de governantes e permite que os serviços tenham continuidade.

De acordo com o Diap, a proposta ainda a elimina o Regime Jurídico Único; extingue a garantia de irredutibilidade salarial; amplia o estágio probatório; reduz o salário de ingresso no serviço público; amplia o tempo de permanência na carreira; além de criar um “carreirão” transversal com servidores contratados pela CLT e distribuídos aos órgãos governamentais.

MP 922

A medida, editada no início de março, autoriza a contratação temporária em diversas áreas do serviço público, incluindo pesquisadores, professores, profissionais de saúde, nacional ou estrangeiro, e pessoal da área de tecnológica. Altera as regras já existentes para contratação temporária de pessoal, no serviço público federal, para atender situações de excepcional interesse público, previstas na Lei 8.745/93.

Os contratos poderão ser de até 4 anos, com prorrogação de mais um ano. A MP também autoriza a administração a contratar temporariamente, pelo prazo máximo de 2 anos, servidores civis da União aposentados, com salários inferiores aos trabalhadores que ainda não aposentaram.

Além disso, a proposta apresenta ainda outros regramentos como dispensa de processo seletivo para a contratação de pessoal para atender às necessidades decorrentes de emergência humanitária, calamidade pública como a crise enfrentada em decorrência do novo Coronavírus e situações de iminente risco à sociedade. O recrutamento de pessoal será feito por processo seletivo simplificado. A MP desobriga a publicação do edital no Diário Oficial da União.

Avaliação

Mariana Trotta, encarregada de Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, aponta que, embora o governo até

o momento não tenha enviado para o Congresso Nacional um texto mais consolidado de alteração da administração pública brasileira, as medidas já em tramitação vão impactar os servidores públicos, os docentes incluídos. Segundo ela, todos esses projetos foram tema de amplo debate no último Encontro das Assessorias Jurídicas do ANDES-SN e seções sindicais, e são vistos com grande preocupação.

“A MP 922, por exemplo, foi muito debatida, inclusive porque já está valendo e segue em tramitação no Congresso Nacional e já recebeu uma série de emendas. A medida é vista com muita preocupação porque ela amplia a possibilidade de contratação temporária no serviço público e isso acoplado com outras medidas podem gerar inclusive a extinção de cargos e funções na administração pública. São várias medidas colocadas de forma bem impactante”, contou.

A 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Sindicato Nacional apontou ainda a preocupação com a votação dessas medidas durante o momento de isolamento devido à pandemia do novo Coronavírus, pois a condição que vem se desenhando como proposta para deliberação parlamentar irá limitar muito o debate e a possibilidade de pressão política junto aos deputados e senadores.

“O que foi colocado no encontro jurídico é a necessidade seguirmos fazendo a luta política contra a aprovação dessas medidas que estão tramitando no Congresso Nacional antes que se tornem efetivamente leis. Porque a MP, por exemplo, por mais que tenha efeito de lei, ela é provisória. Se não for aprovada no Congresso Nacional, ela caduca. Temos que fazer as lutas necessárias nesse período para evitar a aprovação das PECs e para evitar que essa MP seja convertida definitivamente em lei, pois elas representam a destruição da administração pública”, conclamou.

CONFIRA OS PRINCIPAIS ITENS DA PEC 438/2018:

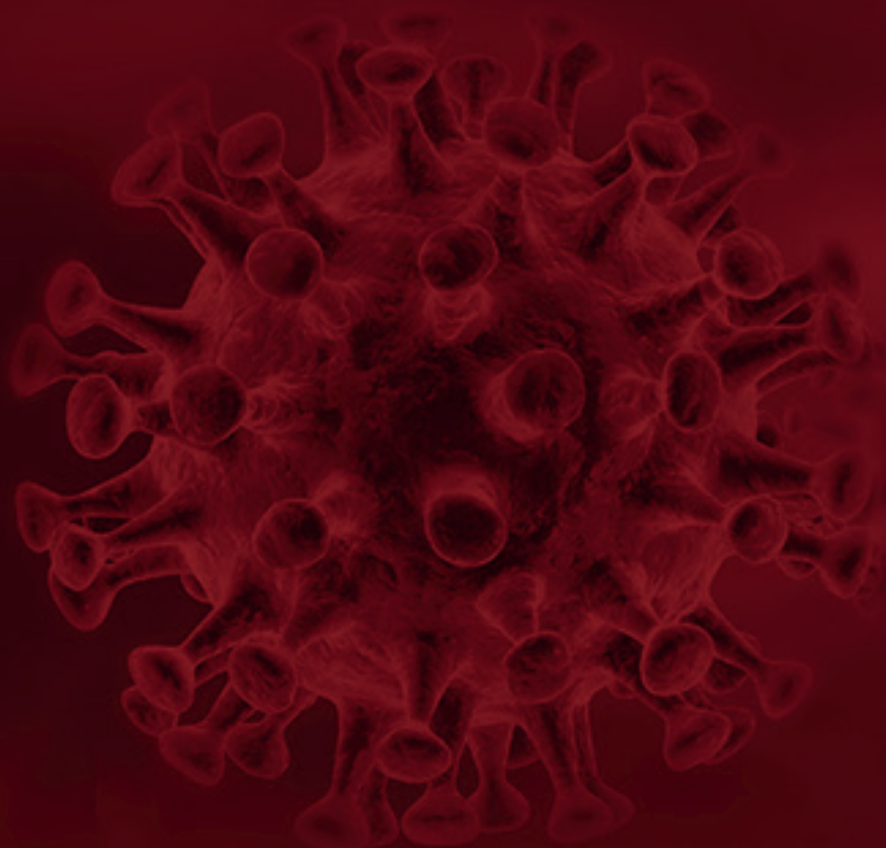
- Permissão para redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos.
- Redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis.
- Interrupção do pagamento do abono salarial no exercício financeiro subsequente.
- Encaminhamento de projeto de lei para reduzir incentivos e benefícios de natureza tributária.
- Encaminhamento de projeto de lei com planos para alienação de ativos.
- Suspensão temporária de repasses do FAT ao BNDES.
- Cobrança de contribuição previdenciária suplementar provisória de 3 pontos percentuais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, assim como dos militares ativos e inativos.
- Utilização de saldos positivos de recursos vinculados para pagamento do serviço da dívida pública.
- Redução em 10% das alíquotas das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, com simultânea majoração da alíquota da contribuição social destinada à previdência social.



O QUE É REGRA DE OURO?

De maneira simplificada, denomina-se “regra de ouro” a proibição que o endividamento (operações de crédito) seja superior às despesas de capital (investimentos e amortização da dívida pública). Tampouco podem ser contraídas novas dívidas para financiar despesas correntes (principalmente com pessoal, aposentadorias e juros da dívida). Ao final de cada ano, o Tesouro Nacional contabiliza e publica o resultado dos valores dos componentes das contas do governo federal que compõem a regra de ouro.

Pandemia evidencia a importância do atendimento público à saúde



No mundo globalizado em que vivemos, apenas as ideias viajam à uma velocidade maior do que a dos vírus. Um ser microscópico atravessou o planeta e veio tumultuar, ainda mais, o momento conturbado que o País atravessa e acirrar as consequências dos ataques que o governo impõe ao conjunto da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, a pandemia causada pelo novo coronavírus evidencia a importância dos investimentos nos institutos de pesquisa, conhecimento e no Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS é o maior sistema único de saúde do mundo. Desde 1988, atende brasileiras e brasileiros de modo gratuito e universal. Com recursos da União, estados e municípios, sua atuação abrange também a vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental, hospitais universitários, hemocentros, laboratórios, além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ.

No estudo do vírus Covid-19, declarada pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no início do mês de março, duas brasileiras, pesquisadoras

do Instituto Adolfo Lutz, lideraram a equipe que sequenciou, em parceria com a Universidade de Oxford, o genoma do agente causador, o novo coronavírus (SARS-CoV-2). O feito foi realizado em tempo recorde - apenas 48 horas -, no âmbito da Universidade de São Paulo (USP). A mesma universidade pública sediou, em 2019, uma grande manifestação contra os cortes no orçamento da educação, que vem prejudicando bolsistas e comprometendo o andamento normal das atividades, como aulas e pesquisas.

Avanço exponencial e cifras milionárias

Os EUA, citados como exemplo de sucesso pelo atual governo em inúmeras ocasiões, não possui um sistema público de atendimento à saúde. O tema tem sido relevante nos debates entre os pré-candidatos à presidência, mesmo porque é notório que famílias que precisam de cuidados médicos sucumbem, muitas vezes, à falta de recursos, tomando empréstimos impagáveis e comprometendo toda a sua renda. São mais de 27 milhões de pessoas sem assistência alguma, pelo fato de não

conseguirem arcar com um plano de saúde particular. A indústria farmacêutica, enquanto isso, dribla o derretimento das bolsas de valores e alcança lucros recordes. Lá, alguns consideram ser 'impossível' a criação de um sistema universal de saúde, algo que no Brasil é realidade há mais de 30 anos.

Na segunda quinzena de março, o presidente Jair Bolsonaro, um dia após sair às ruas, abraçando e manuseando celulares de seus seguidores, em uma grave afronta às regras de prevenção divulgadas pela OMS e pelo Ministério da Saúde, convocou o retorno dos médicos cubanos que participavam do Programa Mais Médicos. A atenção básica realizada pela medicina familiar é considerada 'o melhor remédio' contra a disseminação da doença. Maria Van Kerkhove, líder técnica do programa de emergências da OMS, destaca que países como China - onde surgiu o novo coronavírus -, Cingapura e Coreia do Sul conseguiram conter a elevação de novos casos utilizando "fundamentos básicos de saúde pública". "Não é nada de especial ou único, mas a rigorosa aplicação de medidas de saúde pública", declarou publicamente.

A conclusão a que se chega é que controlar a pandemia é trabalho para um sistema estruturado, simples e eficiente. Algo que já foi motivo de orgulho no Brasil e, hoje, é sucateado juntamente com as demais instituições públicas - de educação, ciência, tecnologia e outras. Entre outros cortes orçamentários, o sistema de saúde sofre especialmente com o limite no teto dos gastos implementado pela Emenda Constitucional 95 em dezembro de 2016. A revogação da EC 95, que congela os investimentos sociais por 20 anos, é uma das principais pautas de luta do ANDES-SN.

Antônio Gonçalves, presidente do Sindicato Nacional, ressalta que a pandemia da Covid-19 vem demonstrar a importância de um sistema público de saúde bem estruturado, e do conhecimento produzido pelas instituições públicas de ensino. "O sequenciamento do RNA do vírus foi feito por pesquisadoras de uma universidade pública brasileira, mesmo com todo desinvestimento que ocorreu, e as primeiras medidas sanitárias foram adotadas pelo SUS, constantemente sucateado", lembra ele.

"Enfrentar a pandemia pressupõe investir no SUS, na Educação, em Ciência e Tecnologia. Para isso, é fundamental a revogação da Emenda Constitucional 95, que impôs um teto nos gastos com políticas públicas, tão necessárias nesse momento em que precisamos proteger a vida de trabalhadoras e trabalhadores", conclui o presidente do ANDES-SN.

Tempestade perfeita

A chegada da pandemia da Covid-19 trouxe, também, uma crise sanitária e econômica sem precedentes. O novo coronavírus tem colocado em perspectiva

não apenas a necessidade de reorganizar o sistema público de saúde mas, também, as políticas fiscais, sob risco do país mergulhar em uma situação catastrófica.

A recente queda na projeção do Produto Interno Bruto (PIB), somada ao nível inédito de desemprego e emprego informal enfrentado pelo País, constituem o que se denomina uma tempestade perfeita: uma condição em que todos os fatores apontam para o desastre. No plano econômico-financeiro, a demanda tende a diminuir, com as pessoas isoladas, voluntariamente ou não, evitando circular e consumir alimentos preparados fora de casa - em um cenário de trabalhos precarizados em que boa parte das pessoas sobrevive entregando comida ou transportando pessoas. Por outro lado, a oferta certamente irá cair com a paralisação de empresas, fábricas, serviços e comércio. Todas essas considerações, tecidas sem levar em conta a parte mais cruel da pandemia, que é a morte de muitas pessoas. Os efeitos da doença na saúde pública e na economia caminham parí passu, em um cenário político e financeiro que já se encontrava combalido.

Para contornar o desenrolar de uma tragédia anunciada, até mesmo setores mais conservadores têm discutido a necessidade de revogação da EC 95, além de um aporte de verbas extraordinárias para permitir ao Ministério da Saúde lidar com a recente crise causada pelo novo coronavírus. Até mesmo o FMI tem recomendado a revisão de políticas fiscais no sentido de retomar o investimento. Documento do FMI esclarece que "os gastos com saúde precisam ser feitos independente da disponibilidade

orçamentária". O momento não poderia ser mais inoportuno para limitar a capacidade de uso da política fiscal no combate a uma grave crise social.

Nesse cenário, o presidente Jair Bolsonaro edita a MP 927/2020, em edição extra do Diário Oficial da União no domingo (22), que prevê medidas como suspensão do contrato de trabalho por quatro meses, teletrabalho, uso de banco de horas e antecipação de feriados e férias individuais ou coletivas, durante a vigência do estado de calamidade pública.

Frente aos protestos unânimes de todos os setores da sociedade, no dia seguinte o presidente retirou o artigo 18 da MP, que previa quatro meses sem salário para as trabalhadoras e os trabalhadores.

Por um mundo mais saudável

A pandemia tem colocado em evidência a fragilidade dos serviços de saúde de todo o mundo. Países que construíram sistemas públicos de saúde de caráter universal e gratuito, como Itália, Reino Unido e Brasil, estão sofrendo cortes nos financiamentos devido os ajustes neoliberais e consequentes políticas de austeridade. Assim, cria-se um déficit orçamentário que começa por fazer ruir a porta de entrada do sistema, que é a atenção primária. O SUS, que nunca recebeu o financiamento adequado, foi ainda mais penalizado a partir da emenda constitucional. Em uma população que não para de crescer e de envelhecer, congelar os gastos é uma garantia de desastre.

Fortalecer o SUS é garantir prevenção e cuidado para todos os brasileiros e brasileiras. Mesmo em um país tão desigual, todos dependem, de alguma forma, do Sistema Único de Saúde.



18M: população faz barulho contra Bolsonaro e o desmonte dos serviços públicos

O dia 18 de março foi marcado por protestos, em todo o país, contra o governo Bolsonaro, e também em defesa da Saúde e Educação públicas, por empregos, pela soberania nacional e pela revogação da Emenda Constitucional 95.

Inicialmente convocada pelo setor da Educação e incorporada por todas as centrais sindicais como um dia de greve, paralisações e atos de rua, o caráter da manifestação precisou ser alterado devido à pandemia da Covid 19, que impôs à população em todo o mundo uma série de restrições, entre as quais aglomeração de pessoas e contato social.

Embora as aulas em várias Universidades, Institutos Federais e Cefet já estivessem suspensas, docentes haviam deliberado, anteriormente, por paralisar as atividades nesse dia em dezenas de instituições. Com a necessidade de alteração no modo de protesto, o ANDES-SN convocou, assim como várias outras entidades sindicais e de movimentos sociais e estudantis, a promoção de um “barulhaço” nas janelas de casas e apartamentos.

Em diversas capitais como São Paulo, Rio, Recife, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Fortaleza e dezenas de outros municípios, pessoas penduram faixas, cartazes em suas residências, api-

taram, gritaram e bateram panelas na noite do dia 18, contra o presidente e contra as medidas de desmonte dos serviços públicos, de ataques aos servidores e em defesa do SUS e da Educação. Alguns locais também contaram com projeções, em edifícios, de palavras de ordem como “Fora Bolsonaro” e “Defenda o SUS”, além de imagens, como a da vereadora Marielle Franco, e o pedido de justiça pelo seu assassinato e de Anderson Gomes.

O protesto teve ainda a adesão de parcela de eleitores do atual presidente descontentes com a postura do chefe do Executivo e de seus ministros frente à pandemia do novo Coronavírus.

Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, lamentou o fato das manifestações terem sido restritas às residências, mas ressaltou que as táticas têm que considerar a realidade concreta. “As manifestações do dia 18 têm que ser compreendidas em dois aspectos. Houve uma manifestação espontânea dos estratos médios da população, que apoiaram eleitoralmente o governo de extrema direita, mas que demonstraram o descontentamento com o presidente diante da pandemia do novo Coronavírus. Eu digo isso porque muitas manifestações ocorreram à tarde durante a entrevista coletiva do presidente e ministros. À noite, já houve uma manifestação também dessas pessoas, mas, certamente já com um componente do chamamento feito pelas

entidades sindicais, centrais, partidos políticos e não dá para fazer uma aferição sobre isso. Mas o fato é que há essa dicotomia, uma insatisfação que se expressa nos estratos médios da sociedade, o que não necessariamente significa uma ruptura com o projeto do Capital, com o projeto neoliberal, mas um descontentamento com o comportamento do presidente. E há, também, nós do campo de cá que, para além disso, temos desacordo com a política neoliberal, a qual combatemos”, explica.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional, ainda é cedo para fazer uma avaliação sobre o desenrolar desse processo, mas já é possível avaliar que houve um desgaste da figura do chefe do Executivo, que vinha resistindo ao longo do primeiro ano de governo. Para Antonio, isso pode significar uma perda de apoio popular e uma maior dificuldade de avançar o projeto da extrema direita. “Até porque nós continuamos na luta. Foi uma manifestação muito importante, nesse dia 18 de março, do campo combativo da classe trabalhadora e a nossa perspectiva futura é de que mesmo com restrição de contato social, consigamos avançar nesse processo de reorganização e de luta”, conclui.



Mundo Grande

Carlos Drummond de Andrade

Não, meu coração não é maior que o mundo.
É muito menor.
Nele não cabem nem as minhas dores.
Por isso gosto tanto de me contar.
Por isso me dispo,
por isso me grito,
por isso frequento os jornais, me exponho
cruamente nas livrarias:
preciso de todos.

Sim, meu coração é muito pequeno.
Só agora vejo que nele não cabem os
homens.
Os homens estão cá fora, estão na rua.
A rua é enorme. Maior, muito maior do que
eu esperava.
Mas também a rua não cabe todos os
homens.
A rua é menor que o mundo.
O mundo é grande.

Tu sabes como é grande o mundo.
Conheces os navios que levam petróleo e
livros, carne e algodão.
Viste as diferentes cores dos homens,
as diferentes dores dos homens,
sabes como é difícil sofrer tudo isso,
amontoar tudo isso
num só peito de homem... sem que ele estale.

Fecha os olhos e esquece.
Escuta a água nos vidros,
tão calma, não anuncia nada.
Entretanto escorre nas mãos,
tão calma! Vai inundando tudo...
Renascerão as cidades submersas?
Os homens submersos - voltarão?

Meu coração não sabe.
Estúpido, ridículo e frágil é meu coração.
Só agora descubro
como é triste ignorar certas coisas.
(Na solidão de indivíduo
desaprendi a linguagem
com que homens se comunicam.)

Outrora escutei os anjos,
as sonatas, os poemas, as confissões
patéticas.
Nunca escutei voz de gente.
Em verdade sou muito pobre.

Outrora viajei
países imaginários, fáceis de habitar,
ilhas sem problemas, não obstante
exaustivas e convocando ao suicídio.

Meus amigos foram às ilhas.
Ilhas perdem o homem.
Entretanto alguns se salvaram e
trouxeram a notícia
de que o mundo, o grande mundo está
crescendo todos os dias,
entre o fogo e o amor.

Então, meu coração também pode crescer.
Entre o amor e o fogo,
entre a vida e o fogo,
meu coração cresce dez metros e explode.
- Ó vida futura! Nós te criaremos

